



Saque da conta inativa do FGTS enfrenta problemas

Mais de 7 milhões não tiveram o depósito feito corretamente

Sacar os valores existentes nas contas inativas do FGTS não está tão tranquilo assim. E o que é pior: o trabalhador pode ficar sem receber o dinheiro.

Mais de 7 milhões de pessoas não tiveram o depósito feito corretamente, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda. Os casos mais comuns

são aqueles em que os patrões não depositaram o valor devido na época e quem não teve baixa na carteira de trabalho até hoje.

A-5

Eike pagou propina a Cunha para obter recursos do FGTS

DE BRASÍLIA

O empresário Alexandre Margotto confirmou, em delação premiada, que Eike Batista pagou propina ao corretor Lúcio Funaro e ao deputado casado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para que o fundo de investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) investisse, em 2012, R\$ 750 milhões na empresa LLX Açú Operações Portuárias S/A. Criada em março de 2007, a empresa fez parte do grupo EBX e, atualmente, é controlada pelo Grupo EIG, que adquiriu 53% do capital social da LLX Logística S/A e mudou o nome para Prumo Logística S/A.

No subanexo 11.7 de sua delação, Margotto relatou aos investigadores as "ilicitudes envolvendo o investimento do FGTS na empresa LLX, bem como envolvendo o empresário/executivo Eike Batista".

Em depoimento gravado em vídeo, Margotto disse que Funaro não mantinha relações com Eike e dizia que o empresário não conseguiria "1 real" na Caixa sem sua ajuda.

Debates sobre reforma no INSS terão início hoje

Os debates sobre a reforma da previdência social começam hoje na Câmara Federal, com audiências públicas. O deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da proposta de reforma da Previdência, afirmou que o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria exigido de trabalhadores do setor privado pode ser diferente do exigido de trabalhadores do setor público. Pelo projeto enviado pelo governo, os trabalhadores terão que comprovar no mínimo 25 anos de contribuição para solicitar o benefício aos 65 anos de idade. Questionado se apoiaria a medida em seu relatório, Maia afirmou que, como funcionários públicos têm estabilidade no emprego e, portanto, teriam maior facilidade em comprovar um longo tempo de contribuição do que profissionais do setor privado, as exigências poderiam variar.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 21/02/2017

Reforma trabalhista deverá tramitar com facilidade no Congresso, avalia Temer

O presidente da República, Michel Temer (PMDB), disse ontem, que a reforma trabalhista deverá tramitar com facilidade no Congresso, já que a proposta de modernização das leis do trabalho encaminhada foi resultado do diálogo entre centrais sindicais e empregadores. Durante discurso em evento que reuniu empresários e executivos do agronegócio na zona sul de São Paulo, Temer ressaltou que a proposta é de comandar um governo "reformista", com o objetivo de recolocar o País no caminho até 2018, quando termina seu mandato. "Nestes dois anos vamos deixar o país nos trilhos para os que virão depois."

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 21/02/2017

Doenças psíquicas aumentam no ambiente de trabalho

Os casos de transtornos psiquiátricos e doenças mentais no ambiente de trabalho estão crescendo no Brasil. É o que revela a Previdência Social, que registrou em 2016 o afastamento de 75,3 mil trabalhadores em razão de quadros depressivos, com direito a recebimento de auxílio-doença, o que representa 37,8% de todas as licenças médicas motivadas por transtornos mentais e comportamentais no mesmo ano. Segundo especialistas, o ambiente de trabalho pode acarretar uma série de problemas de saúde para os funcionários de empresas públicas e privadas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) revela que até 2020 a depressão será a doença mais incapacitante do mundo. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) estima que entre 20% e 25% da população tiveram, têm ou terão um quadro de depressão em algum momento da vida.

Fonte: Jornal A Tribuna – 20/02/2017

Empresas buscam conscientizar pessoal

De acordo com o advogado Fabiano Dorotheia, especialista em Direito Previdenciário do Baraldi Mélega Advogados, os casos de depressão implicam sérias consequências tanto para o empregado quanto para o empregador. "É importante que as empresas concentrem seus esforços para que o assunto seja abordado de forma preventiva junto aos seus empregados, visando a conscientização sobre o assunto, especialmente com os empregados em cargos de liderança. O ideal é que todos os funcionários estejam atentos à ocorrência de situações que possam dar origem a causas de depressão, de modo a garantir um ambiente de trabalho saudável para todos". O advogado Freitas Guimarães informa que, em casos de depressão e síndromes provocadas por estresse ou maus tratos no trabalho, a empresa pode indicar um acompanhamento do trabalhador a um médico psiquiatra.

Fonte: Jornal A Tribuna – 20/02/2017

Perícia deve comprovar grau do problema

O trabalhador que sofre de depressão ou qualquer outro transtorno psíquico provocado pelo ambiente de trabalho deve ser afastado pela empresa, que precisa agendar uma perícia no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para comprovar o grau de sua incapacidade. João Badari, especialista em Direito Previdenciário do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, reforça que o INSS fará a perícia para constatar a incapacidade, "devendo o segurado levar todos seus laudos médicos, atestados, receitas de remédios e outras provas que comprovem o seu quadro depressivo ou qualquer outra doença relacionada aos maus tratos no ambiente de trabalho".

Fonte: Jornal A Tribuna – 20/02/2017

Rio aprova privatização de estatal para garantir socorro financeiro

Por 41 votos a 28, os deputados estaduais do Rio aprovaram nesta segunda (20) projeto de lei que permite a privatização da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto). A votação da medida encadeou uma manifestação no centro da cidade, em que 20 manifestantes foram detidos pela polícia. O projeto é uma contrapartida do governo estadual ao pacote de socorro financeiro negociado com a União e enfrentou forte resistência de servidores e da oposição. Com a aprovação, o governo Luiz Fernando Pezão espera entregar ações da empresa para tomar um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões com bancos públicos, medida que depende de aprovação, no Congresso, de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Na semana passada, a mobilização de familiares de policiais militares do Rio influenciou o adiamento da votação do projeto de lei. Em 9 de janeiro, a sessão que deliberou sobre o plano de privatização foi alvo de um protesto, onde houve conflito entre a polícia e manifestantes. Caso o projeto seja sancionado, o governo terá seis meses para definir o modelo de privatização da companhia, cujo valor é estimado em R\$ 5,5 bilhões. A Cedae atende 64 dos 95 municípios do Rio e teve lucro de R\$ 249 milhões em 2015. A possibilidade de privatização tem gerado questionamentos também nos municípios atendidos pela empresa, inclusive na capital.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 21/02/2017